

**Catarina Sarmento e Castro**

**Ministra da Justiça**

**Intervenção da Ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, por ocasião do Encerramento da Cerimónia de Comemoração dos 70 anos da Refundação da Associação Jurídica de Braga - Salão Nobre da Universidade do Minho.**

**Braga, 29 de setembro de 2023**

Foi com muito gosto que aceitei o convite para encerrar esta cerimónia que assinala os 70 anos da refundação da Associação Jurídica de Braga – uma associação de inegável importância, e cujo prestígio fica sobejamente sublinhado, além do mais, pela qualidade dos oradores que aqui, hoje, reuniu.

Quero, naturalmente, associar-me à homenagem póstuma prestada pela Senhora PGA, Dra. Joana Marques Vidal, ao Dr. Luís Felgueiras, e deixar, igualmente, o meu tributo ao Dr. Óscar Ferreira Gomes, durante duas décadas Presidente da Direção e depois seu Presidente Honorário, muito recentemente desaparecido.

Aos familiares e amigos de ambos, e à Associação Jurídica de Braga, que num curto intervalo de tempo perde dois dos seus melhores, uma palavra de solidariedade e de reconhecimento.

Recordemo-los sempre, e ao papel que desempenharam, mas recordemos também que talvez a perda acentue, afinal, o que aqui hoje celebramos: a *vitalidade* da Associação Jurídica de Braga e da sua história, animada pelo desígnio de congregar todos

quantos se dedicam ao estudo, ao progresso, à prática e à difusão da ciência e da cultura jurídicas.

Uma vitalidade, de resto, que talvez não seja alheia à seiva da Revolução Liberal que lhe corre nas raízes mais distantes, mas que, a partir de 1953, definitivamente conheceria novo fulgor.

Que a Associação Jurídica de Braga continue a disponibilizar-nos a revista SCIENTIA IVRIDICA, a promover o debate dos temas mais diversos nas suas Sessões de Estudo, ou a editar com qualidade textos de qualidade, é dessa vitalidade sinal expressivo, como o é também do inestimável serviço que presta à cidade de Braga, ao distrito de Braga e ao país.

Uma cidade e um distrito que, recentemente, estiveram no centro da ação do Ministério da Justiça.

Com efeito, na sequência da autorização das despesas relativas a construções no parque penitenciário, tendo em vista o encerramento gradual do Estabelecimento Prisional de Lisboa (no valor de cerca de 20M€), e à empreitada de requalificação do novo edifício da Diretoria do Sul da Polícia Judiciária em Faro (cerca de 5M€), foi em maio que tive o gosto de anunciar um investimento

de 25M€ milhões de euros em obras de requalificação e de construção de edificado nesta região.

É um investimento que inclui o Palácio da Justiça da sede da Comarca de Braga, a construção do novo edifício do Palácio da Justiça de Guimarães, a reabilitação do Palácio da Justiça de Fafe e a realocização e obras de adaptação do novo edifício do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, num valor global de 19 M€, assim como do edificado da PJ e da investigação criminal, num investimento de cerca de 6M€.

Mas tratava-se, disse-o na altura, apenas do "primeiro passo no lançamento do Plano do Edificado para a Justiça", o Plano Plurianual de Investimentos na Área da Justiça 2023-2027, num montante total superior a 200M€, que, efetivamente, há uma semana, conseguimos aprovar.

Com um prazo de concretização do investimento de 5 anos, chegaremos agora a tribunais dispersos por todas as Comarcas do país, a vários estabelecimentos prisionais e a todos os centros educativos, às instalações da Polícia Judiciária e do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses.

E procederemos à aquisição de empreitadas em instalações destinadas à instalação do Polo do Centro de Estudos Judiciários, em Vila do Conde, e do Tribunal Central Administrativo Centro, em Castelo Branco, tendo em vista alcançar os objetivos estratégicos da área governativa da justiça nas dimensões da formação de magistrados e da redução de pendências na jurisdição administrativa e fiscal, respetivamente.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Ao falar-vos deste Plano e destas concretizações, tenho sobretudo em mente o trabalho que envolveu os Conselhos de Gestão de todas as Comarcas e os dirigentes de todos os serviços e organismos da Justiça, a realização de visitas a instalações de todo o país, reuniões com os autarcas e o trabalho prático realizado com todos os serviços.

Tenho sobretudo em mente, portanto, *o trabalho conjunto posto ao serviço da comunidade* – um desígnio que cada um deverá abraçar nas mais diversas esferas da ação, nas mais diversas modalidades e escalas.

Não é senão isso o que também a Associação Jurídica de Braga vem fazendo, renovadamente, há 70 anos. Não é senão isso que, estou certa, continuará a fazer.

Muito obrigada.